

Impactos da tecnologia na agricultura familiar

Julgou-se melhor analisar a agricultura familiar do ponto de vista da tecnologia moderna, e não tão somente do ponto de vista da mecanização.

A questão que se coloca é que a tecnologia se cristaliza em insumos e que a maioria dos agricultores familiares não têm condições de assimilá-la, em função de um nível educacional insuficiente para compreender e decodificar as instruções que se atrelam às inovações e da incapacidade financeira para realizar os investimentos necessários.

Duas perguntas merecem ser consideradas, logo de início.

1. Devemos eternizar a dualidade existente na agricultura brasileira, em que a agricultura comercial tem acesso às tecnologias de ampla capacidade de resposta a investimentos e a recursos para financiá-la, e a agricultura familiar fica restrita a inovações de capacidade de resposta bem mais baixa?

2. É correta a situação em que a agricultura comercial produz enormes excedentes, que ganham o mercado externo e o interno, e a agricultura familiar, além de se auto-abastecer, produz excedentes pequenos, que tornam a renda familiar insuficiente?

Esta dualidade não tem condições de perdurar em longo prazo. A eliminação da dualidade advirá da capacitação dos agricultores familiares, técnica e financeiramente, para que possam competir em igualdade de condições, sem restrições para optarem pelas tecnologias de grande capacidade de resposta, quando elas forem a alternativa mais lucrativa.

O Brasil é um país industrializado e urbanizado. A tecnologia da agricultura familiar tem que dar à família capacidade de produção de excedente que remunere o seu trabalho, competitivamente, em relação às opções da cidade e em linha com suas aspirações, as quais crescem rapidamente com o grau de instrução. Caso isso não ocor-

ra, o conflito entre as lideranças e o governo ocorrerá, fundamentado na busca de igualdade de direito, em relação à agricultura comercial. Além disso, o que é indesejável, a pequena lucratividade da agricultura levará muitos agricultores a fecharem os seus estabelecimentos, alugando ou vendendo-os, e mudando para a cidade.

A agricultura familiar disputa mercado com a comercial. A disputa se fere nas dimensões interna e internacional. É nestes mercados que buscará novas oportunidades de renda. Os mercados de elevado poder de compra, os que pagam melhor, são muito exigentes em qualidade, e máquinas e equipamentos adequados são indispensáveis ao atendimento destas exigências. Como a agricultura comercial é muito dinâmica, ela ocupa rapidamente os melhores espaços de comércio. Assim, a opção pelas tecnologias simples vai comprometer severamente o futuro da agricultura familiar, na medida em que esta opção lhe veda o acesso às mesmas alternativas de mercado da agricultura comercial.

A tecnologia que gera excedentes de vulto é um conjunto complexo de operações. No caso de grãos, exige densidade correta por hectare, sementes que respondam a fertilizantes, plantio direto na época certa, colheita e armazenamentos competentes. As operações podem ser feitas manualmente ou por máquinas simples, mas longe de se ter a mesma precisão e a eficiência das máquinas modernas. O mesmo ocorre na

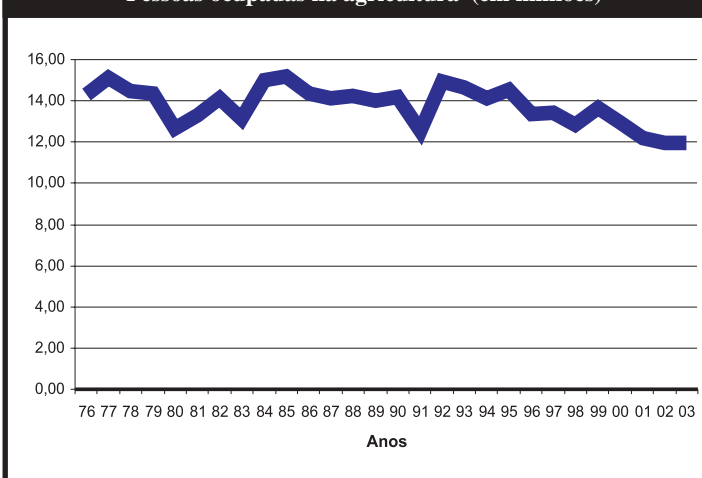
produção de aves, suínos, leite, gado de corte, ovinos, caprinos, hortaliças e frutas. Sem máquinas e equipamentos compatíveis com a agricultura de precisão, a tecnologia bioquímica, aquela que tem a capacidade de aumentar o excedente por hectare, perde muito de sua eficiência. Então, é correto privar o agricultor familiar dos benefícios de máquinas e equipamentos modernos?

O que impede que a agricultura familiar adote a tecnologia que gera excedentes de vulto? Realçam-se, como obstáculos, o nível baixo de instrução do agricultor familiar, o que é verdade no nordeste, região norte e em bolsões das três regiões sulinas, e a baixa capacidade de endividamento.

O baixo nível de instrução tem que ser contornado pela extensão rural pública e pelos arranjos desta com a extensão particular. E será eliminado, em longo prazo, pelos investimentos em educação.

O baixo nível de endividamento em relação ao custeio pode ser resolvido, reformulando-se as restrições do crédito do governo. Em relação ao investimento, há complicações mais difíceis de serem contornadas. Benfeitorias, máquinas e equipamentos não serão, otimamente, utilizados pelo produtor familiar, como indivíduo. Cooperativas e associações, e para elas bem operarem neste aspecto, é necessário crédito rural especializa-

Pessoas ocupadas na agricultura (em milhões)



do, podem ser uma solução. Há, quanto a isso, alguns casos de sucesso na região sul, mais raros no sudeste, e o nordeste e a região norte oferecem muita resistência ao avanço desta idéia.

Outro óbice é o acesso da agricultura familiar a áreas maiores para cultivar e às benfeitorias, máquinas e equipamentos da agricultura de precisão. Ele está relacionado ao tímido desenvolvimento do mercado de leasing, de aluguel de máquinas, equipamentos e de aluguel de terras. Muito há que caminhar em aspectos legais e operacionais relacionados ao leasing e aluguel. Convém notar que a solução destes problemas atende a todo mundo, não esbarra em acordos internacionais, e os investimentos feitos têm elevada taxa de retorno.

Os agricultores familiares, que se libertaram das restrições, usam tecnologias que se rivalizam com as mais sofisticadas. Assim, não é a tecnologia que discrimina o agricultor, mas, sim, o mercado. Temos que entender que o agricultor familiar escolhe a tecnologia, considerando as restrições das quais não pode se

evadir. Quem não usa calcário, semente melhorada e fertilizante é porque desconhece a lucratividade destas práticas, não tem recursos para comprar esses insumos, ou eles não estão à venda numa distância razoável do estabelecimento. O agricultor familiar, ou qualquer outro, escolhe a tecnologia que lhe é mais conveniente. Se deixar de escolher uma tecnologia lucrativa, é porque a desconhece ou porque enfrenta restrições que não pode contornar.

Aceitando-se a hipótese de as restrições serem irremovíveis, pode-se falar num conjunto específico de tecnologias para a agricultura familiar. Mas este conjunto é uma segunda escolha e tem menor capacidade para acelerar o desenvolvimento sócio-econômico do agricultor e sua família. A escolha pode até ser conveniente para a agricultura comercial, quanto à disputa pelos mercados interno e internacional, pois que reduz o nível de competição. Assim, o caminho ótimo da política agrícola passa pela remoção das restrições que impedem o acesso da agricultura de menor porte às máquinas e equipamentos sofisticados. ■

Agenda p

MARCOS FAVA NEVES *

A agenda do agronegócio é algo extremamente amplo, pois depende do setor analisado e do mercado-alvo, entre outros. São diversos os assuntos discutidos nos principais fóruns mundiais de agronegócios para os próximos anos.

As mudanças demográficas mundiais devem ser monitoradas de perto para nosso posicionamento estratégico. É nítido o aumento de consumo que demandarão em proteína animal, grãos. Muitos países serão enormes mercados para a produção vinda do Brasil.

De forma análoga, diversos países terão redução populacional. Estima-se que a Rússia tenha redução de 150 para 110 milhões de habitantes até 2050, e a Itália, de 57 para 44 milhões. Também não se pode deixar de falar no envelhecimento da população e nos impactos de consumo, linhas de produtos, embalagens e outros fatores.

O fato de a Organização das Nações Unidas divulgar que a cada cinco segundos uma criança morre de fome no mundo mostra a falta de solução para a questão da produção e distribuição de alimentos. Programas de Governo, assistencialismo, entre outros, pautarão as agendas, tal como a recente reunião em Davos.

Devemos acompanhar as mudanças culturais e os impactos no consumo. A *obesidade* é cada vez mais questionada pela sociedade. A responsabilidade das indústrias fica maior para seus produtos. Surgem restrições à comunicação infantil de alimentos supérfluos, até um reposicionamento da linha de produtos, algo feito pelo McDonalds. Saladas, lanches mais leves, frutas entram no cardápio, e a comunicação da empresa se volta à atividade física.

Está na hora de conhecer os pre-

Legislação trabalhista

O efeito direto da legislação trabalhista recai sobre o custo do trabalho, quase que dobrando o salário recebido pelo trabalhador. Acresce-se o custo indireto: as complicações da legislação trabalhista requerem o trabalho de especialistas, na maioria dos casos, prestado por escritórios de contabilidade; há, ainda, o risco de ações trabalhistas, mesmo quando se obedece a lei, visto que é difícil, em função da natureza do trabalho, documentar que não houve horas extras e que outras exigências legais foram cumpridas. Assim, a legislação e, muitas vezes, a forma truculenta que é implementada, traz muitas incertezas para o empregador. A incerteza, e o risco de perdas expressivas que cristaliza, é interpretada como um custo adicional de vulto ao salário.

Assim, a legislação trabalhista fez crescer o custo da mão-de-obra e resultou em decisões voltadas para reduzir o emprego rural. Ou seja, exacerbou a mecanização, motivou mudanças na combinação de explorações, premiando-se aquelas que empregam menos ou que sejam mais mecanizadas. Como a obediência da lei, no caso do trabalho temporário, é ainda mais complicada e custosa, procurou-se aplicar tecnologias que suprimem este tipo de emprego, como a mecanização da colheita.

A argumentação desenvolvida visou mostrar que a mecanização da agricultura não visou substituir trabalhadores por máquinas, mas, sim, expandir a agricultura. Mas é inegável que a legislação trabalhista trouxe um nível de mecanização bem além daquele exigido pelo crescimento do agronegócio e a urbanização, principalmente após 1992.

Deve-se salientar que a legislação trouxe benefícios aos que mantiveram o emprego, mas às custas do êxodo rural, que se acelerou a partir da década de 70. Outro benefício foi expressar claramente o custo de oportunidade da mão-de-obra e reduzir drasticamente o salário indireto, o que levou à compreensão de quão importante é saber administrá-la.